



ID: 121697546

23-02-2026

AI²: diagnósticos sólidos à velocidade da luz



Ricardo Paes Mamede

Se a AI² nasce com um diagnóstico curto, superficial e pouco escrutinado, arrisca-se a nascer também com prioridades frágeis

Há decisões políticas que se anunciam com uma solenidade e que roçam o simulacro. O despacho publicado a 17 de Fevereiro que cria um grupo de trabalho para “proceder à análise do ecossistema nacional de investigação e inovação” é um desses casos. A missão enunciada é apoiar o planeamento estratégico da nova Agência para a Investigação e a Inovação (AI²), que resulta da fusão entre a Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) e a Agência Nacional de Inovação (ANI), e produzir resultados que possam sustentar a revisão do regime jurídico das instituições de I&I. O próprio texto do despacho sublinha a importância de existirem “diagnósticos sólidos”, “evidência empírica consistente” e uma análise “integrada e sistemática”.

Tudo isto faria sentido, não fossem dois detalhes que, em política pública, nunca são pormenores. Primeiro, o prazo: o relatório final técnico tem de ser entregue até 24 de Fevereiro. Ou seja, sete dias depois da publicação do despacho que cria o grupo de trabalho. Numa semana, pretende-se produzir aquilo que o despacho descreve como um retrato “fiel e atualizado” da realidade nacional, contemplando capacidades instaladas, dinâmicas do sistema, distribuição territorial, colaboração com empresas e administração pública, participação internacional e impacto socioeconómico dos apoios. Uma semana chega para organizar um seminário, não para estruturar um diagnóstico que oriente uma agência recém-criada.

Segundo, a composição do grupo inclui o presidente do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, o presidente do Concelho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos, o presidente da Academia das Ciências de Lisboa, o director científico da Feedzai (uma empresa tecnológica), o director-geral da Cotec (uma associação empresarial) e um coordenador académico. São nomes com mérito e legitimidade, mas também com responsabilidades pesadas e calendários cheios. Ninguém pode esperar que estas pessoas consigam dedicar tempo suficiente para um trabalho consequente no prazo imposto. O que sobra, então? A probabilidade

elevada de um documento apressado, baseado em compilações já existentes, e sobretudo útil para mostrar serviço.

Ao mesmo tempo que o despacho ministerial afirma precisar de instrumentos “previsíveis e estáveis”, inaugura o processo com um prazo que institucionaliza a pressa. E ao mesmo tempo que invoca a necessidade de “base de informação quantitativa robusta”, cria as condições para que a robustez seja substituída por uma colagem de indicadores. Já conhecemos o padrão: anuncia-se um grande redesenho institucional, convoca-se um grupo de personalidades, produz-se um relatório e as decisões seguem o rumo que já estava politicamente traçado.

O ponto 3 do despacho mostra bem que a ideia de produzir um relatório destes numa semana é uma ficção. Determina que a análise incida, “de forma integrada e sistemática”, sobre quatro dimensões: (a) capacidade científica instalada (recursos humanos, unidades de I&D e infra-estruturas); (b) capacidade tecnológica, de inovação e de interface (transferência de conhecimento e empresas com I&D); (c) resultados científicos e tecnológicos e mecanismos de valorização; (d) posicionamento internacional. Cada uma

destas áreas daria, por si só, um programa de trabalho com meses de recolha, harmonização e validação de dados, definição de métricas e comparação internacional, além de debate mínimo com quem conhece o terreno. Seis meses foi mais ou menos o que demorou a uma equipa que dirigiu a produzir um estudo sobre áreas prioritárias para as políticas de investigação e inovação, que não incluiu consulta a partes interessadas (o estudo está disponível em

https://ani.pt/wp-content/uploads/2024/11/Estudo-Areas-ENEI_VF.pdf). Uma semana não permite nada disto; no máximo, permite cobrir o item com tabelas.

Se a AI² nasce com um diagnóstico curto, superficial e pouco escrutinado, arrisca-se a nascer também com prioridades frágeis e instrumentos mal calibrados. Um contrato-programa plurianual, para ser sério, exige escolhas: que áreas reforçar, que falhas corrigir, que incentivos alinhar, que mecanismos de avaliação adoptar. Sem diagnóstico sério, essas escolhas transformam-se em *slogans* e em políticas inconsistentes. A fusão entre FCT e ANI, em vez de ser a oportunidade para reduzir redundâncias e clarificar missões, pode tornar-se mais um capítulo de reorganizações sem rumo, em que se muda a sigla, mas não se melhora a capacidade do Estado para aprender e corrigir.

Há outro detalhe que reforça a sensação de simulacro de estudo. O despacho enumera um conjunto vasto de fontes – FCT/AI², IAPMEI, DGECC, Startup Portugal, INE, Eurostat, entre outras – como se bastasse nomeá-las para que a análise aconteça. Mas qualquer pessoa que já tentou cruzar bases de dados públicas sabe o trabalho que isso implica: compatibilizar definições, resolver quebras de séries, limpar duplicações, lidar com atrasos de reporte e, sobretudo, interpretar o que os números realmente medem (e o que não medem). Sem equipa técnica dedicada, tempo e validação, a quantificação transforma-se num ritual.

A natureza temporária do grupo – que se extingue com a entrega do relatório, uma semana depois de ser criado – implica que não há mecanismo de acompanhamento, nem compromisso com um processo iterativo de aprendizagem. Mesmo a possibilidade de consultar peritos é, num prazo de sete dias, uma fórmula vazia. O país não precisa de mais um documento que confirme o que já está escrito; precisa de um diagnóstico que permita discutir opções e consequências, com transparência e com prazos compatíveis com a complexidade do sistema.

O Governo podia ter feito algo simples e credível. Se precisava de um documento rápido, que o assumisse como relatório de arranque: síntese do que já se sabe, identificação de lacunas críticas e proposta de calendário e método para um diagnóstico aprofundado. E, em paralelo, montasse uma equipa técnica dedicada, com tempo, transparência e escrutínio, capaz de trabalhar aquilo que o despacho promete: uma análise realmente integrada das capacidades, dos resultados e do posicionamento internacional da investigação e da inovação em Portugal.

Quando a própria letra do despacho descreve uma tarefa exigente e, de seguida, a condena à velocidade de um expediente, o problema não é falta de dados, é falta de seriedade. A ciência e a inovação não se governam por encenação. E uma agência que se quer estratégica não pode começar a vida com um relatório feito a correr – sob pena de começar, desde logo, a decidir às cegas.

Economista e professor do ISCTE



A ciência e a inovação não se governam por encenação. E uma agência que se quer estratégica não pode começar a vida com um relatório feito a correr



MIGUEL MANSO